

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO E
DOUTORADO**

PROJETO DE PESQUISA PROBIC/FAPERGS

**O TEMPO NO PROCESSO ELETRÔNICO: OS PROCESSOS
ELETRÔNICOS EM TRAMITAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TJRS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PROBIC/FAPERGS, conforme as diretrizes do Edital PROBIC 2012, o qual está disponibilizado no seguinte endereço eletrônico:

http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AdministracaoSuperior/admsupPrppg/prppg_Pesquisa/prppg_Pesquisa_Editais.

Professora Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine Harzheim Macedo

**PORTO ALEGRE
MAIO DE 2012**

1 Dados de Identificação do Projeto

1.1 Professora Orientadora

Professora Doutora Elaine Harzheim Macedo

1.2 Acadêmico/Bolsista de Graduação

Diego Gonçalves da Silva (acadêmico escolhido mediante processo seletivo interno.)

1.3 Instituição de Ensino

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado

Área de Concentração: Teoria Geral da Jurisdição e do Processo

Linha de Pesquisa: Jurisdição, Efetividade e Instrumentalidade do Processo

1.4 Duração da Pesquisa:

Início: Agosto de 2012

Término: Julho de 2013

2 Projeto de Pesquisa

2.1 Título

O Tempo no Processo Eletrônico: Os Processos Eletrônicos em Tramitação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS

2.2 Tema

Processo Civil. Processo Eletrônico. Tempestividade do Processo. Tempo no Processo.

2.2.1 Caracterização do Tema

Avaliação do tempo no processo eletrônico, em todas as fases e etapas do processo, ao efeito de medir a eficiência dessa nova metodologia aplicada à prestação jurisdicional, em substituição ao sistema tradicional do processo em papel, com vistas à garantia constitucional da tempestividade no processo. Estudo exaustivo *in loco* junto aos processos em tramitação na segunda instância do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

2.3 Delimitação do Tema

O tempo no Processo Eletrônico nos feitos em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS.

2.4 Resumo

A pesquisa objetiva computar e avaliar o custo temporal no curso das ações originárias e dos agravos de instrumento que tramitam no Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul, naqueles feitos promovidos integralmente pela via eletrônica, destacando qualitativamente quais as etapas – atividades cartorárias, atividades judicantes, atividades das partes – que assumem a responsabilidade pelo custo do processo, viabilizando um juízo de valor sobre a efetiva vantagem ou êxito da introdução do processo eletrônico no ordenamento jurídico, sob o aspecto temporal.

2.5 Justificativa

A Emenda Constitucional nº 45 introduziu no Ordenamento Jurídico Brasileiro, como garantia constitucional, a tempestividade no processo a partir do artigo 5º, LXXVIII da CRFB/88.

O tema da mora judicial, de há muito objeto de discussão na comunidade jurídica e que se insere na questão maior da tempestividade do processo, tem levado a algumas premissas postas. Entre essas, está o que a doutrina vem denominando as “etapas mortas” do processo, no mais das vezes, atribuídas às unidades cartorárias, que respondem pelas atividades burocráticas do processo, tais como sua documentação, intimações, notificações, contagem de prazo e outras.

A partir dessas premissas e o avanço tecnológico nos sistemas informatizados, que desde a década de setenta passaram, ainda que no início de forma franciscana, a ser utilizados pelo Poder Judiciário, foi introduzido, pela Lei n. 11.419, de 2006, o processo eletrônico, com a superação dos atos do processo em papel.

Nesse fio, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no final do ano de 2011, dando início ao processo integralmente eletrônico passou a facultar ao jurisdicionado promover suas ações, por ora, de competência originária do TJRGS, bem como interpor os agravos de instrumentos, por meio eletrônico.

Tem-se notícia, outrossim, de que, até o mês de fevereiro de 2012, o número de processos eletrônicos abriga um pouco mais de quatro dezenas, mostrando-se, ainda, tímida a provocação por esta via, mas que nem por isso deixa de representar um acervo

de pesquisa significativo, pois o número de ações cresce significativamente, autorizando uma pesquisa pontual, em todos os feitos.

2.6 Palavras-chave:

Processo Eletrônico. Tempestividade do Processo. Tempo no Processo.

2.7 Problemas

O processo eletrônico é ferramenta capaz de reduzir o custo temporal no processo jurisdicional, entregando ao jurisdicionado o bem da vida de acordo com a garantia constitucional do tempo razoável do processo?

As vantagens produzidas pelo processo eletrônico limitam-se às atividades cartorárias ou se estendem também às atividades das partes e às do órgão jurisdicional?

2.8 Objetivos

A proposta de pesquisa é investigar, processo a processo, o custo temporal nas diversas atividades cartorárias e também aquelas atribuídas aos órgãos julgadores e às partes.

Salienta-se que a pesquisa tem relevância não só social porque se dispõe a enfrentar um dos maiores problema do Poder Judiciário Brasileiro, qual seja, a morosidade processual provocada essencialmente pelos tempos mortos do processo, comparando-a com o tempo despendido pela atividade judicial e pela atividade das partes, possibilitando também a inserção do bolsista no ambiente acadêmico, sendo este ainda graduando.

2.9 Metodologia

2.9.1 Método de Abordagem

A pesquisa adotará o método indutivo, partindo-se do particular para o geral, em que serão analisados, de forma quantitativa, processos junto ao TJRS os quais possibilitem a verificação do tempo nos processos eletrônicos em suas diversas etapas.

2.9.2 Método de Procedimento

O método de procedimento adotado será o comparativo, pois a pesquisa sobre o processo eletrônico permitirá fazer uma comparação com o processo de papel, com a finalidade de estabelecer as diferenças, explicando-as.

2.9.3 Método de Interpretação

Método de interpretação será o exegético porque busca-se descobrir a verdadeira finalidade do processo eletrônico; e como este dialoga com a tempestividade.

3 Tipo de Pesquisa

A pesquisa será qualitativa e quantitativa, além da teórica, as quais serão baseadas em pesquisa de campo e referências bibliográficas.

3.1 Instrumento de Pesquisa de Campo

O instrumento de pesquisa consiste em análise de processos de competência originária do TJRS e os agravos de instrumento.

4 Resultados Esperados

Comprovação de que o processo eletrônico contribua efetivamente para a redução do custo temporal do processo jurisdicional;

Contribuição por aperfeiçoamentos no sistema informatizado utilizado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;

Superar possíveis resistências por parte dos usuários da nova ferramenta, a partir da comprovação de sua utilidade e eficiência na prestação jurisdicional.

5 Referências Bibliográficas do Projeto de Pesquisa

JOBIM, Marco Félix. **Direito à duração razoável do processo**: responsabilidade civil do Estado em decorrência da intempestividade processual. São Paulo: Conceito, 2011.

OST, François. **O tempo do direito**. Tradução Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

6 Cronograma de Execução

Atividades	Ago 2012	Set 2012	Out 2012	Nov 2012	Dez 2012	Jan 2013	Fev 2013	Mar 2013	Abr 2013	Mai 2013	Jun 2013	Jul 2013
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X								
Leitura e fichamento	X	X	X	X	X	X						

